

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO.de eografia

INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VOL 9/10 Nº 1/2 - JAN/DEZ 1989/1990



ENSAIO PARA UMA IDÉIA DE REGIÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Luizimar Felício Chaveiro*

INTRODUÇÃO

O esforço centrado no sentido de encaminhar resoluções à uma nova práxis geográfica, impõe-nos que, atiremos ao campo da discussão e do debate, onde mais importante do que os resultados é a tentativa de criar elementos para que a busca continue viva, motivadora e sobretudo capaz de ser condimento para o intercâmbio de idéias.

Neste sentido, propomos conduzir uma análise do que tem sido a teoria regional no PROCESSO DO ENSINO-APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA, tarefa que requer a busca de conceitos dentro do âmbito histórico pelo qual foi criada e ainda, o entendimento das bases metodológicas que possibilitaram sua criação.

A discussão da teoria regional se faz presente desde que a geografia apresentou-se nos limites do saber sistematizado, daí por diante, muitos foram os conceitos, que, invariavelmente fizeram proceder uma forma de pensar com todos os estímulos do tempo, justamente por isso é que a questão coloca-se à tona, exigindo pela atividade da crítica que se desenvolve, também propugnações de trabalho.

Pelo presente, propomos analisar, comparar e levantar dúvidas que, ao contrário de um pensamento regionalizado possamos obter uma estrutura de pensamento que dê conta de analisar a questão regional.

*Professor de Prática de Ensino de Geografia do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás em Catalão-GO.

1. PARA UM BREVE HISTÓRICO DE REGIÃO AO SABOR DE SUAS IMPLICAÇÕES

Roberto Lobato Corrêa, em seu livro Região e Organização Espacial afirma que: "O termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia. Tanto num como noutro caso, o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de áreas, quer dizer, à aceitação da idéia de que a superfície da terra é constituída por áreas diferentes entre si".

Sem insinuar qualquer contracenso às colocações de Lobato, é mister perguntar: Por que afinal o homem comum pensa o mundo como região? Por que afinal a geografia em seu campo de atuação tem embarcado na compreensão de que pode explicar a realidade pela diferenciação de áreas?

A caracterização das diferenciações de áreas, por Geógrafos ou pelo homem comum parece em nossa perspectiva a busca de um reforço histórico, porque se compreende que não existe homem sem tempo e não existe homem sem filosofia, até mesmo o senso comum é cultivado por filosofias precedentes.

Desta forma, Nelson Werneck Sodré pontifica que a "Geografia é talvez a ciência de história mais longa. Ela começa, na verdade, com as primeiras comunidades gentíficas". Continua explicando Sodré que "um dos fatos mais curiosos que o estudo da pré-história nos revela é, certamente, o da tendência ao movimento que, ao lado da também precoce dispersão humana, contribuiu para os primeiros conhecimentos das regiões diferentes daquelas da habitação inicial das comunidades e onde estas estabeleceram relações com a natureza".

As afirmações enunciadas, de breve nos esclarece algumas condições: uma que a própria vida humana significa lugar, conforme já afirmara Lefebvre e por o homem ser ativo, sua vida depende da compreensão deste lugar, tanto no que diz a demanda de recursos alimentícios como também das condições de criação de sua vida; outra, é que de início percebemos que o fato da geografia enquanto saber sistematizado ter reiteradamente abordado a questão regional não é mera obra da "graça" é porque, antes mesmo desta época se funda pela obrigatoriedade da sobrevivência o conhecimento regio-

nal, agora porém, este saber está imerso na configuração social e política da época.

Sem levar a cabo, a discussão do conceito de região enquanto área ou lugar, a separação destes ao longo do tempo sempre foi feito para ativar o domínio.

Assim é que, na antiguidade clássica, particularmente no mundo grego, a organização regional era resultado de uma condição histórica, onde na dada condição, o povo grego aglomerava-se nas cidades, emergindo com ela os movimentos políticos em função do controle da Pólis - a cidade-estado.

Esta organização cumpria-se em hierarquizar o "espaço", dando correspondência aos princípios da pólis, seja, de independência, autonomia e autogestão.

A Pólis como locus de poder e dominação se dividia em áreas, o Agóra, que constituía como centro político e ambiente de troca de mercadorias, a Acrópole que era a morada dos deuses da cidade.

Em que pese a preocupação grega de manter a vigilância, o controle, a observação e a produção sobre o seu território, a região como tal não era palco específico de seu pensamento, pelo contrário, se pensava em termos de natureza e homem.

Da mesma forma, que, por princípio do poder, o mundo grego era regionalizado, o Império Romano criou uma administração centralizada, onde era dividido em províncias e estas em dioceses. Era preciso que um império vasto e centralizado se protegesse, ao mesmo tempo que ocupasse em justificar o trabalho escravo e se assegurasse contra eventuais levantes e, nada melhor que as legiões formada pela guarda romana em cada diocese. Era o controle total.

Neste sentido, toda e qualquer civilização a exemplo da grega e romana, dividiram o território por uma necessidade histórica. Frente as contradições que submetiam armavam-se de um arsenal ideológico, cujas as formas variavam de acordo com a cultura e com o próprio poder.

Segundo as idéias mais usuais a Idade Média herdou como fonte dois grandes movimentos que se uniram caracterizando o pensamento e o mundo medieval, que foram, a filosofia grega e a teologia Judaico Cristã, onde se tinha a presunção de que o homem era o fator mais importante do universo, nesta condição, a teologia era a mediadora das bases morais para culminar com o domínio deste sobre a natureza.

Esta visão é que condicionava a organização do mundo medieval, onde, mais uma vez vemos que a concepção acerca de uma teoria regional, embora não existisse, esta possuísse um significado do quase sempre político.

Assim, a divisão fundamental entre Suserano e Vassalo e o poder do primeiro sobre o segundo levava a formar uma cadeia hierárquica de organização regional, que partiria de um centro dominador político, o castelo, para o centro econômico, ou seja, os campos cultivados, daí para a aldeia, casa, quintal, oficina, horta. Ideologicamente a Igreja assegurava que a natureza era uma dádiva de Deus, não se pensava o mundo, a divisão de classe, o poder e a riqueza da própria Igreja mas pagava-se em sacrifício a dádiva de Deus aos seus porta-vozes, o clero.

A divisão em feudos e o domínio exercido sobre estes são ainda bases que permanecem em nossa organização espacial. Da mesma forma aquilo que se propagou como pensamento medieval ainda vigora, mesmo que adequado ao nosso período histórico.

A região é nesta ótica, uma condição humana, portanto política e histórica, mutável, que ao contrário do que se pensavam alguns geógrafos sobre a concepção Vidaliana, não existe na perspectiva histórica, meramente por uma incorreção teórica mas por uma mundividência criteriosamente intencional e política.

Com a Revolução Comercial nasce a necessidade de fazer longas viagens, além de motivar a ânsia pela descoberta de novos continentes. Este período intitulado de Renascimento importa em crescer a nível de descrição a precisão de outras áreas. A região que antes se expressava mais como condição de domínio e poder, agora, cunha-se de uma situação econômica preponderante, onde as pequenas feiras são trocadas pelos grandes centros de comércio

na Ásia e nas Américas. No século XVI o colonialismo vai exigir in formações meticolosas. Daí entendermos que a idéia de descrever a população, a vegetação, as ruas, a fertilidade do solo, etc. serve objetivamente para alguma coisa, principalmente quando precisa de um mínimo de planejamento para investir e receber resultados.

A região no âmbito que enfatizamos era apenas uma possibilidade, sobre a qual organizava-se uma dada sociedade em seu período histórico. Não era ainda de forma elaborada, tida como concepção científica ou palco de teorias. As descrições que sobre estas incidiam nasciam de uma necessidade, cujo método obrigatoriamente era o empírico.

Embora aqui não se faça ainda a diferença entre lugar, área e região, pensar no mundo como campo que atua era de certa forma uma lógica inquestionável, pois, o patamar de conhecimento traduzia este fim.

Entretanto, impressionado com os trabalhos de matemática, de Copérnico, Képler e Galileu, Bernhar Varem ou Varenius com a sua *Geographia Generális*, inicia-se o trabalho sistematizado do que seria Geografia Geral e Especial (regional). Varenius (1633 - 1707) é considerado o "Pai da Geografia Regional", pelo fato de que foi o primeiro a criar uma sistematização a este estudo, elaborando questionários, modelos de inquéritos e quadros estatísticos.

Varenius compreendia que existia uma ligação entre o que ele chamava de geografia geral e específica, porém reconhecia que seu método era limitado, sugerindo que a cada dois anos em função das mudanças dos lugares fosse feito novas análises.

A teoria regional ganhava peso no terreno geográfico. A Geografia de Humboldt paradoxalmente pensava a totalidade, denotando a filosofia Platônica e Aristotélica. No seu livro *Cosmos* (1945) pretendia asseverar que: "o princípio básico desta obra compreende a tendência a entender todos os fenômenos do universo como uma unidade, uma totalidade". Criava, com Humboldt a Geografia Universal e se aflorava a dicotomia regional/universal.

Como Humboldt aparecia à tona, o pensamento de Karl Ritter (1779), despertado pelo entusiasmo a natureza, insistia-se

em averiguar as relações espaciais. Com a observação de que "a terra e seus habitantes mantêm-se na mais estreita reciprocidade... A terra tem influência sobre os habitantes e estes últimos sobre a terra", coloca que a regra geral que fundamentaria todo trabalho seria partir da observação para observação, e não da mera opinião para a observação, assim entendia, que um trabalho perfeito deveria começar da escola, depois o pátio, até abarcar o mundo inteiro.

Colocava-se a nã o positivismo. Ritter aceitava que a superfície terrestre fosse ocupada por regiões, entretanto estas deveriam ser entendidas no quadro da relação com todas outras.

A influência de Fichte, Schelling e Hegel fazia com que adjetivasse o conceito de conjunto e, segundo a historiografia geográfica, foram Humboldt e Ritter os que primeiros trabalharam, no sentido de uma geografia sistematizada. O entendimento de Humboldt que o estudo da Geografia deveria dar conta de ser a síntese do conhecimento sobre o cosmos e de Ritter, que a geografia deveria ocupar em estudar os aspectos individuais de um dado local, desde que inserisse o homem nesse estudo, vão ser a mola por qual impulsionará os trabalhos de que a teoria regional se fará na chamada Geografia tradicional.

O surgimento da Geografia regional como campo teórico e metodológico vai ser o resultado de uma condição histórica de terminada pelo expansionismo francês em conflito com o imperialismo alemão, tornando a fonte da obra de Vidal de La Blache que via nesta uma entidade real. Agora a região não é apenas um método ou um conceito, mas a condição de existência do homem e o meio, enquanto teoria de interesse do expansionismo.

A partir daqui se centra toda a influência nos conceitos embutidos nos livros didáticos de geografia usados em grande proporcionalidade em nossas escolas ainda hoje.

A influência exercida sobre discípulos e Geógrafos brasileiros tocam-nos. A própria divisão regional do Brasil feito pelo IBGE é resultado desta influência.

O levante teórico da região se diversificou no cami

nhar do pensamento geográfico, tal como região natural, região cultural, região homogênea, região funcional, etc. Serviu, às vezes, como método ou como instrumento de ação, intencionalmente política e ideológica. Na verdade inseriu-se na geografia um conceito de peso pesado, dicotomizando o regional e o universal.

Como toda teoria, além da apresentar um conjunto de idéias, na perspectiva conceitual expressa por uma comunicação que, em última instância delega um interesse, a sua produção se baseia numa fonte metodológica que faz o caminho entre o teórico e a realidade.

Instiga-nos a indagar: a realidade no método e conceito regional é uma realidade parte? A região é uma abstração por que a realidade é total? Sem por final as indagações veremos que noção de realidade este conceito causa e ainda, que influência cotidiana ele traz.

2. A INFLUÊNCIA DA "GEOGRAFIA REGIONAL" NO PENSAMENTO HUMANO, À ÉGIDE DA GEOGRAFIA

O breve histórico da regionalização nos indicou que mais do que um simples conceito, a região foi ao homem comum e às civilizações clássicas uma forma de entender o mundo, memorizá-lo e descrevê-lo, mas Max Sorre, já advertia com sua teoria das Paisagens Derivadas que, numa sociedade em que o centro de decisão encontra-se fora de sua órbita, o meio se traduz pela relação de dependência e interesses externos. De acordo com esta proposição a região estaria liquidada? Ou a região não é fruto da sociedade mas do território, portanto aspecto somente da paisagem?

Sem presunção de esgotar a infinidades de perguntas, acreditamos precisar recorrer a alguns conceitos modernos do assunto, para que venhamos entender o seu grau de influência que a Geografia escolar produz no pensamento.

2.1. De Uma Nova Perspectiva Metodológica do Conceito de Região Para Uma Nova Proposta de Pensar a Realidade

À guisa da teoria do conhecimento, todo saber é produzido de conformidade com o estágio social reinante. Milton Santos assevera "que cada sociedade veste a roupa de seu tempo". O entendimento desta assertiva nos alerta à correspondência política que possui o saber geográfico frente ao movimento social que incide. Aplica-nos a responsabilidade política de conduzir este saber com orientação e intencionalidade.

Marilena Chauí sentencia que "quando o teórico elabora sua teoria, evidentemente não pensa estar realizando a transposição, mas julga estar produzindo idéias verdadeiras que nada devem à existência histórica e social do pensador. Até pelo contrário, o pensador julga que com essas idéias poderá explicar a própria sociedade que vive. Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade, que torna compreensível as idéias elaboradas".

Quando deparamos com o falado padrão fixo do livro didático de geografia, que o divide em natureza-homem-economia, estende-se o ritual que, na quinta série deve estudar Geografia Geral, na sexta, as regiões brasileiras, na sétima, a América, na oitava série Ásia e África.

Na série das regiões, vimos mais uma vez a descrição do padrão fixo N-H-E de forma separada. A separação não só se dá no nível do padrão mas da sociedade. Assim, o nordeste é o filho pobre, o sudeste o filho rico, os outros filhos possuem suas características peculiares. O pai de todos, o Estado atua para erradicar os desequilíbrios, por isso, cria SUDAM, SUDENE e SUDECO. Novas formas de regionalização, que poderíamos chamar de "regiões geopolíticas".

Pelo próprio método que elabora o conteúdo regional do livro didático, vê que não possibilita a estruturação de um pensamento, pois fundamentado nos princípios da lógica formal positivista transforma a idéia Brasil, em legado de informações de regiões.

A cabeça do aluno deveria comportar várias regiões, onde pudesse alocar as informações de cada uma separada, mas como as condições do subjetivo humano não acede a esse fim, o estudo é decoração, o herói é o Estado, aprende-se o patriotismo.

Acompanhando o movimento histórico da sociedade, no vos conceitos embasados de novos métodos intentam novas perspectivas na teoria regional e ateiaram-se um processo de críticas, ao que Yves Lacoste chamaria de conceito-obstáculo.

Com as novas proposições interessa divisar a relação de região e espaço, pois a primeira era tida como imutável, a histórica e o segundo, é tido como o próprio movimento organizado da sociedade territorializando-se e criando a paisagem geográfica.

Coloca-se em questão, se o conceito de região é uma categoria do espaço, enquanto teoria, portanto processo, ou se é uma categoria da paisagem, portanto apenas o empírico?

Para Max Sorre (1957), a região seria a "área de extensão de uma paisagem geográfica". Neste aspecto seria dado do território, portanto da aparência.

Para Lacoste (1976), além do conceito regional impedir a investigação do espaço encobrendo a realidade, este conceito foi arma da ideologia imperialista, agora porém, sem importância já que as leis do capitalismo tenderia a homogeneizar a estrutura regional, destruindo-as.

Neste mesmo rumo aponta Chico de Oliveira (1977) , utilizando o método dialético, conceitua região como sendo o resultado de um imbricamento dialético, que fusionam uma forma específica de reprodução do capital, gerando uma luta de classes específica, numa condição econômica e política própria, porém, com a tendência capitalista ao monopólio, este levaria a homogeneização, desfazendo as regiões.

A par destes conceitos, caberia diferir que a monopolização do capital, além de não acabar com a luta de classe, ain da homogeneiza o território, portanto toda tentativa de definir a região como forma de organização social, deve entender que esta é

uma expressão da aparência e não da essência. A lei capitalista de desenvolvimento desigual e combinado cumpre-se a criar esta condição.

A compreensão metodológica que a realidade social é única, é total, e sua dinâmica é a totalização, nos esclarece que entre o particular e o geral, o que existe é a forma diferenciada de atuação em que se dá a ampliação do capital no território.

A teoria regional do saber geográfico no padrão elaborado, leva a comportamentos de regionalismo e sentimentalismo, a exemplo da propriedade privada, se cria o sentimento de "ser goiano" de "ser brasileiro", de ter a "minha cidade", "o meu país".

Lipietz (1979) fundamentado nos conceitos Althusserianos dá um novo enfoque ao conceito de região. Para ele, região é o resultado da articulação de diferentes Modos de Produção, portanto não existe região pobre ou rica, existe em conformidade com o conteúdo de classes, região de pobres e região de ricos.

Lipietz, entende que existe diferenciações espaciais, cuja fundamentação é a estrutura social. Da articulação entre os modos de produção encontra-se as formações sociais concretas que em última instância deveria fazer da geografia o estudo do desdobramento espacial sobre as determinações das estruturas econômicas, políticas e ideológicas.

Criticando o pensamento de Lipietz, Aluizio Capdeville Duarte, acredita que as diferenciações espaciais seriam formas diferentes de articulação de relações de produção e não articulação de Modos de Produção.

Para Milton Santos (1979), o conjunto de relações que caracterizam uma sociedade, vai possuir um significado particular em cada lugar, mas seu significado só pode ser apreendido ao nível de totalidade.

Região, segundo Santos seria "não mais do que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A "região" não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se o tomarmos separadamente do espaço nacional considerado como um todo".

Sem imiscuir nas particularidades do conceito de Santos, explicitamos que, embora entendesse a região como abstração, esta é fruto do sistema nacional. Ora, a mundialização da economia criada pelo capitalismo considera o conceito de nacionalidade numa condição abstrata de região, assim, o seu conceito é fruto de um pensamento regionalizado.

Estes conceitos modernos obviamente estão sendo perseguidos com críticas e novos direcionamentos. A crítica sobre a crítica é de certa maneira a condução de todo trabalho científico, cabe-nos, em vista ao que temos em mãos, propor nossos caminhos. A exemplo da noção de espaço molecular proposta por Ruy Moreira se depreende a necessidade de traçar rumos para a prática do dia-a-dia do saber geográfico.

3. PARA NOVAS PROPOSTAS DE TRABALHO À TEORIA REGIONAL

O processo do ensino-aprendizagem caminha da relação sujeito/objeto e se interpõe, a didática, a disciplina, a escola, a sociedade, tornando premente a idealização de um conjunto de propostas que devam aglutinar-se em nome de um objetivo definido.

Os elementos que compõem o ensino-aprendizagem toda via, não são diluídos, cada um possui sua particularidade, contudo, aglomera-se aos demais para formar um produto apenas.

Desta forma, o estudo regional só pode ser feito com clareza e crítica quanto discernir três (3) objetivos de compreensão: 1) a categoria país; 2) a categoria sociedade e 3) a categoria paisagem.

A Geografia escolar ao longo de sua história tem confundido essas categorias, chegando as vezes, sinonimizar País e sociedade. Assim, os problemas sociais não são obras do capitalismo ou do Socialismo mas do País.

A categoria Paisagem poucas vezes foi explicitada, mesmo sendo em algumas oportunidades o objeto do estudo geográfico. Em alguns casos, nos livros didáticos apareciam as grandes pai

sagens florestais, marítimas ou culturais mostrando o Brasil como um País tropical.

Inicialmente é necessário compreender que País é território, ou seja, é o habitat de qualquer sociedade. O País não muda de lugar, muda de nome, enquanto que a sociedade vive em permanentes transformações, de acordo com o grau das lutas de classes de seu estágio.

Toda e qualquer sociedade só tem vida de acordo com seu modo de produção e no mundo atual preponderam-se dois - o capitalismo e o socialismo.

A compreensão de que País é territorialidade, de que sociedade é o conjunto de relações sociais, constituindo um Modo de Produção e de que Paisagem é a esfera superficial, isto é, visível da relação Homem/Natureza, abre caminho para entendermos o que seja região.

Assim, mais do que a soma de cinco (5) regiões, deve-se entender a sociedade brasileira como um dado particular, conforme o que propõe a categoria FORMAÇÃO ECONÔMICO SOCIAL, que não se fecha nas suas fronteiras. Deve-se entender que suas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste foram criadas por "critérios".

Entendido que o Lugar "é um ponto no mundo possível" é uma questão escalar, a sociedade vive sobre lugares diferenciados, onde natureza, sociedade e paisagem também se diferenciam enquanto uma particularidade na totalidade.

A região entendida como uma abstração ou como aspecto da paisagem não pode ser interpretada na noção de Espaço que o ensino de geografia quer fazer objeto, pois este é o constrato social em seu movimento territorializado.

A divisão do espaço em espaço da produção, circulação e idéias definem projeções de trabalhos empíricos. Por exemplo, ao se confrontar a situação empírica dada - o Espaço da produção de Goiânia, como resultado da relação homem/natureza de uma sociedade capitalista, pode efetivar um estudo regional do tipo: Espaço/sociedade/Goiânia.

Deste modo, o livro didático e os demais subsídios teóricos vão remeter um apontamento para que a relação sujeito/objeto na produção do conhecimento ligue realidade objetiva circundante com as determinações do espaço global.

O mapeamento feito na realidade objetiva circundante na ligação com a realidade objetiva global vai desmontar o senso comum. Agora, o problema da fome, da habitação, da saúde do transporte, etc., passam a ser entendidos não como o problema de Goiânia, mas os problemas de uma sociedade territorializada em Goiânia, detectados a partir da leitura do Espaço da Produção.

O aluno vai despertar do sono que o ensino de geografia causa, pois ele terá com sua criatividade a oportunidade de ser o sujeito de seu próprio saber e conhecer o mundo em que vive através de sua realidade.

A região deixa de ser um conteúdo da 6ª série ou outra qualquer como um fim para estudo, mas ser a forma, como um meio de se fazer a leitura da sociedade.

O clima tropical deixa de ser "do Brasil," "de Goiás", mas significa território, onde se pratica a agricultura, a pecuária, a indústria, etc.

Veremos que estes Espaços são frutos da relação do homem com a natureza, feito pelo processo de trabalho. Ao sabermos que nossa sociedade é do capital x o trabalho, vamos saber que o homem só possui concretude quando posto a sua situação nas relações de produção. Assim, a divisão social do trabalho e sua subdivisão técnica não possui eficiência sem atentarmos pela Divisão Internacional do trabalho, já que o País é fruto desta relação.

A região passa a ser desta forma, um conjunto de interesses onde o capital externo territorializa-se, por exemplo como espaço da circulação Shopping Center, ou espaço da produção Lavoura de Soja, infere-se que a região torna-se a divisão territorial do trabalho - Goiás-Espaço-Imperialismo.

Define-se aqui, que aprender geografia não é saber regiões, como também montar uma estrutura de pensamento, onde se

possa diferir que região não é espaço, que espaço não é paisagem, que paisagem não é natureza. Enfim, monta-se um esquema categorial a partir da compreensão geográfica para os estudos dos lugares ou das regiões.

BIBLIOGRAFIA

- LACCOTL, Yves. A Geografia serve, antes de mais nada para fazer a Guerra. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1977.
- _____ "A Geografia", in. Chatelet, Fl, Filosofia das Ciências Sociais, Marar. Rio de Janeiro, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. Lógica Formal/Lógica Dialética. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983.
- MOREIRA, Guy. O Movimento Operário e a Questão Cidade/Campo no Brasil: Estudo sobre sociedade e espaço. Vozes, Petrópolis, 1985.
- QUAINI, Máximo. Marxismo e Geografia. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.
- ROBERT, A. de Moraes. Geografia Pequena História Crítica. Hucitec, São Paulo, 1983.
- SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade, Vozes, Petrópolis, 1979.
- _____. Espaço & Método, Nobel, São Paulo, 1985.
- _____. Por uma Geografia Nova, Hucitec - EDUSP - São Paulo, 1978.
- SODRÉ, N. W. Introdução à Geografia - Geografia e Ideologia. Vozes, Petrópolis, 1977.